

AEDCP - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CLUSTER  
DAS INDÚSTRIAS AERONÁUTICA, ESPAÇO E DEFESA



POSIÇÃO  
DO CLUSTER  
DA AERONÁUTICA,  
ESPAÇO E DEFESA  
NO CONTEXTO DO  
COVID-19

## ENQUADRAMENTO

**A indústria da Aeronáutica, Espaço e Defesa (AED) constitui uma das principais indústrias de alta tecnologia** no mercado global, apoiando mais de 865.000 postos de trabalho diretos altamente qualificados, só na Europa. Como tal, é uma parte essencial da economia global, catalisando o desenvolvimento tecnológico e a inovação, não só nas cadeias de valor adjacentes, como noutros sectores da economia, através de sinergias transversais em todo o tecido social e económico.

A **nível nacional** estes 3 setores representam já um volume de faturação agregado superior a 1,7 mil milhões de Euros, com valores de exportação que rondam os 90% e suportando mais de 18.500 recursos humanos, assumindo desta forma um papel cada vez mais relevante no tecido industrial nacional, muito incrementado na última década.

Infelizmente, o surto de COVID-19 evoluiu para se tornar numa crise de saúde pública sem precedentes, provocando igualmente uma recessão económica mundial profunda. Embora todos os sectores da AED sejam afetados, **a indústria aeronáutica civil é particularmente atingida**, estando a sua própria sobrevivência em risco.

A International Air Transport Association (IATA) previu a 14 de Abril que o setor de aviação perderá este ano 314 mil milhões de dólares em receitas de passageiros em consequência do surto de coronavírus. Esta previsão equivale a uma diminuição de 55% das receitas de passageiros das transportadoras em 2020 relativamente a 2019 e reflete o agravamento das previsões económicas e de um regresso à normalidade do transporte aéreo. Esta diminuição das receitas baseia-se na previsão de uma diminuição de 48% do tráfego anual de 2020, previsão que ainda se pode agravar. Este cenário tem graves repercussões ao longo de toda a cadeia de valor da aviação civil, incluindo a indústria aeronáutica civil, e particularmente nas PMEs

Assim, **a indústria Aeronáutica está já a ser muito afetada pela crise** do COVID-19, que originou cortes nas encomendas, problemas de abastecimento, atrasos na produção e na entrega e problemas de tesouraria.

Estando, ambas as **indústrias da Defesa e Espaço**, maioritariamente direcionadas para o setor público e num contexto de ciclos de programação mais longos, ainda não enfrentam os mesmos impactos da indústria Aeronáutica, mas o impacto indireto não tardará a fazer-se sentir. Neste caso, o desafio a curto prazo consiste em proteger a **continuidade dos projetos em curso** contra perturbações externas, e a médio e longo prazo, evitar cortes nos investimentos nacionais e europeus em ambos os setores.

É necessário, por conseguinte, uma estratégia Nacional consolidada de mitigação ao impacto económico desta crise e de reforço ao posicionamento futuro destes três sectores. Nas páginas seguintes são sintetizados um conjunto de medidas que o Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa (AED) considera muito relevantes no âmbito desta estratégia.

Em síntese, a AED e os seus associados gostariam de sublinhar que **os sectores que representam estão totalmente comprometidos e empenhados em contribuir ativamente para as soluções que esta crise exigirá**. Por isso continuam disponíveis para, quer autonomamente, quer num contexto de alinhamento institucional, continuar a contribuir para um Portugal mais forte e renovado, quando sairmos desta crise.

## MEDIDAS TRANSETORIAIS

- Assegurar o continuado **reconhecimento dos setores da Aeronáutica, Espaço e Defesa como setores estratégicos** para o País e para o seu desenvolvimento industrial e económico;
- Continuar o esforço de melhor **adequação das medidas de mitigação económico-financeiras atuais** e de ações complementares às já lançadas pelo Governo, nomeadamente na disponibilização de linhas de crédito com melhores condições, maior flexibilidade no pagamento de todas obrigações fiscais e segurança social e um acesso mais facilitado às medidas de apoio;
- **Garantir o lançamento de medidas de apoio financeiro focadas na readaptação dos contextos industriais**, que ao serem reativados terão obrigatoriamente que reconfigurar-se às necessidades sanitárias que certamente marcarão os próximos tempos de laboração;
- Nos sectores AED é necessário um **investimento muito elevado para formar um profissional**. Para não perder todo o esforço e investimento que tem vindo a ser realizado pelos diversos atores, propõe-se a aprovação de um **pacote específico de formação e qualificação dos profissionais do setor, particularmente online**, tendo como objetivo a manutenção das qualificações e certificações existentes e também o aproveitamento da redução de atividade para aumento e diversificação de competências, potenciando uma retoma mais rápida e profícua;
- Aprovação de **medidas específicas de aproveitamento dos vários trabalhadores** que estão a ser excluídos do setor por via da não renovação de contratos, assim como **medidas de apoio ao trabalho a tempo parcial no setor** (como a criação de bancos de horas etc.) por forma a promover a retoma e a não exclusão dos atuais profissionais do setor;

- **Continuação da promoção de medidas, para os projetos de I&D&T empresariais, incluindo as vertentes da Inovação Produtiva e Organizacional, focadas no contexto atual e pós-COVID19**, a nível nacional e sem restrições geográficas, de forma a capacitar os setores para responder aos novos desafios, e alavancar as novas oportunidades, que estão e continuarão a emergir. São necessárias revisões dos planos estratégicos setoriais e a redefinição das temáticas dos desafios societais, como a transformação digital e o impacto na sociedade civil;
- **Simplificação dos processos de submissão, validação, contratação e execução financeira de projetos de I&D empresariais**, nomeadamente através da aceleração significativa dos processos de avaliação de projetos, para mitigar as necessidades financeiras das empresas para arrancar com os projetos neste contexto mais complicado; a substituição do processo de validação dos pedidos de pagamento por uma lógica ágil de adiantamento/auditoria e a criação de uma base de informação administrativa que cada entidade possa usar de forma comum para as suas candidaturas, evitando duplicação de trabalho, tal como sucede já em projetos europeus;
- **Revisão das condições de elegibilidade dos projetos submetidos pelos CIT** (Centros de Interface Tecnológica), **e pelos COLABs** (Laboratórios Colaborativos), em particular permitindo que os projetos apoiem também a manutenção de emprego qualificado já existente nestas entidades e não apenas, como acontece hoje, criação de novo emprego;

## AERONÁUTICA

- **Criação de um plano de ação, detalhado e integrado no trabalho de Diplomacia Económica do Governo, entre o Cluster, Ministérios e Agências nacionais que dê resposta às oportunidades geradas pelas alterações às cadeias de fornecimento internacionais:** 1) Realocação das operações e fornecimentos da Ásia, Norte de África e América de volta à Europa, **reforçando-se redundâncias em pontos críticos dessas cadeias**, minimizando os riscos de fornecimento expostos pela crise e mitigar a futura quebra económica Europeia; 2) Necessidade de reestruturar os modelos de custo e volume de produção em função da nova realidade da aviação civil.
- **Criar linhas de financiamento de I&D Internacionais específicas**, com países considerados como estratégicos, - por exemplo, para além de Estados Membros, países com os quais há já Acordos de Comércio Livre, como o Canadá ou Japão - para uma rápida

viabilização de projetos de inovação com parceiros internacionais, que garantam o valor acrescentado dos produtos e serviços nacionais e o seu posicionamento estratégico na reorganização dos modelos de atividade da aviação e das cadeias de fornecimento industriais que se avizinha;

- **Garantir a participação de Portugal no futuro CleanSky3 (Clean Aviation)**, através de um maior envolvimento de stakeholders nacionais na estrutura de alto nível, dinamizando financiamentos nacionais para o efeito, explorando ainda, de forma proactiva, o protocolo de colaboração CleanSky2, assinado em 2016 entre Portugal e o programa CleanSky, e iniciativas adicionais nesse contexto;

## ESPAÇO

- **Garantir a integridade do financiamento nacional dos programas obrigatórios e opcionais da Agência Espacial Europeia**, comprometidos na última reunião do Conselho Ministerial de 2019 e essenciais para todo o tecido científico e industrial do setor nacional do Espaço;
- **Garantir a continuação e dinamização das iniciativas complementares previstas na Estratégia Espaço 2030**, tais como a construção do SpacePort dos Açores – uma iniciativa chave para a dinamização do tecido industrial nas novas áreas do New Space;
- **Acelerar processos de aquisição pública de serviços, e projetos de introdução de tecnologia espacial na administração pública**, através do lançamento de concursos públicos, em particular, integrados nos esforços dos restantes ministérios (Agricultura, Ambiente, Mar, Transportes, Administração Interna, etc.).
- **Empenho institucional e diplomático para a manutenção do investimento atual e previsto da UE no setor do Espaço**, nomeadamente os €16bn alocados para o Programa do Espaço e os €4bn para a investigação espacial;
- **Promoção a curto-prazo de um fórum de discussão**, que poderá ser liderado pela AED, incluindo os diversos atores relevantes, representativos das necessidades globais e capacidades nacionais existentes (PTSPACE, Air Centre, CoLabs, Agências Governamentais e Ministérios), de forma a que seja possível coordenar uma resposta firme e eficaz por parte do setor à pandemia, contribuindo para a mitigação do seu impacto;

## DEFESA

- **Assegurar que os investimentos definidos na Lei da Programação Militar (LPM) se mantêm**, tanto nos montantes como nos calendários definidos, havendo um compromisso firme do Ministério de Defesa Nacional e dos Ramos das Forças Armadas numa incorporação muito mais significativa de valor acrescentado nacional, garantindo, sempre que possível, a participação de empresas portuguesas ao longo de todo o ciclo de desenvolvimentos de novos sistemas e equipamento. É essencial também a promoção do desenvolvimento de novos produtos e serviços de origem Nacional e identificados como essenciais à resposta do país a futuras crises em matéria de Defesa e de segurança da sociedade civil;
- **Reforçar a participação e investimento Português nos programas em curso da EDA e do PADR, EDIDP e PESCO**, de forma a assegurar a continuidade da integração nacional nas cadeias e redes internacionais e o desenvolvimento de tecnologia que permita a subida nas cadeias de valor. É importante também garantir uma operacionalização simples, pró-ativa e muito rápida das diferentes entidades do Ministério da Defesa e dos Ramos das Forças Armadas, catalisando a integração nacional nos consórcios internacionais, por exemplo através de um Balcão Único para o tratamento destes processos;
- **Empenho institucional e diplomático na manutenção do orçamento e data de lançamento do Fundo Europeu de Defesa (FED)**, assim como a assegurar a participação nacional futura nos grandes projetos europeus de remodelação das forças – por exemplo o Programa FCAS, que já envolve França, Alemanha e Espanha – promovendo emprego e competitividade das nossas empresas, através de uma maior integração Nacional na cadeia de fornecimento Europeia;
- **Reforço da atividade colaborativa e de reflexão do grupo de alto nível já criado**, de forma a assegurar um fluxo e troca de informação rápidos e eficientes, facilitando o posicionamento estratégico dos atores associados ao setor;